

Ribeiro, Djamila

Linguagem, gênero e filosofia: Uma abordagem wittgensteiniana

III Jornadas del Centro Interdisciplinario de Investigaciones en Género

25, 26 y 27 de septiembre de 2013

CITA SUGERIDA:

*Ribeiro, D. (2013) Linguagem, gênero e filosofia: Uma abordagem wittgensteiniana [en línea]. III Jornadas del Centro Interdisciplinario de Investigaciones en Género, 25, 26 y 27 de septiembre de 2013, La Plata, Argentina. Desde Cecilia Grierson hasta los debates actuales. En Memoria Académica. Disponible en:
http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/trab_eventos/ev.3410/ev.3410.pdf*

Documento disponible para su consulta y descarga en **Memoria Académica**, repositorio institucional de la **Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación (FaHCE)** de la **Universidad Nacional de La Plata**. Gestionado por **Bibhuma**, biblioteca de la FaHCE.

Para más información consulte los sitios:

<http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar>

<http://www.bibhuma.fahce.unlp.edu.ar>



Esta obra está bajo licencia 2.5 de Creative Commons Argentina.
Atribución-No comercial-Sin obras derivadas 2.5

Resumo

O ponto nevrálgico do presente trabalho é evidenciar os possíveis impasses suscitados pela linguagem em relação à mulher. É demonstrar a não neutralidade da linguagem e os valores e conceitos que ela oferece sobre a questão de gênero. Para tal, será utilizado como ferramenta crítica, o conceito de linguagem como forma de vida apresentado pelo filósofo Ludwig Wittgenstein na obra *Investigações Filosóficas*. Para tal, primeiramente, será feita uma introdução sobre a origem da linguagem baseada nos conceitos dos filósofos Demócrito, Locke e Rousseau. Posteriormente, tendo como base os conceitos apresentados por Wittgenstein, faremos a relação em ter linguagem, gênero e filosofia.

Palavras chave: linguagem; poder; essência.

Introdução

Dentro do contexto filosófico a linguagem vem sendo estudada de diferentes maneiras. No mundo antigo, acreditava-se que as palavras correspondiam às coisas as quais representavam. E pode-se perguntar: existe correspondência entre as palavras e as coisas? Demócrito, por exemplo, contrariamente à opinião dominante no mundo antigo, afirmou que as palavras são estranhas às coisas que representam e são sinais puramente convencionais. Pela primeira vez na história, colocou-se a tese do convencionalismo lingüístico², ou seja, as palavras não possuiriam, em si, como som, nenhum significado; estas seriam convenções que adquirem sentido apenas pelo uso comum. Portanto, respondendo à questão sobre a existência de correspondência entre palavras e coisas, para Demócrito, a natureza das palavras é puramente convencional. Antes de Demócrito, a convencionalidade da língua já havia sido sugerida por

¹ Menstranda em Filosofia na Universidade Federal de São Paulo/Brasil. Membro fundadora do Mapô – Núcleo de estudos Interdisciplinar em Raça, Gênero e Sexualidade da Universidade Federal de São Paulo.

² Frequentemente a Filosofia discutia a natureza da língua e a sua origem elaborando duas interpretações: A hipótese naturalista, sustentada por Platão em Crátilo, para quem existiria uma conexão intrínseca entre o som de uma palavra e o seu significado; e a hipótese convencionalista, apresentada pela primeira vez por Aristóteles e sustentada também por Locke, para quem a conexão entre som e significado seria arbitrária.

Parmênides de Eléia, quando afirmou que as palavras eram *etiquetas das coisas ilusórias*.

Para John Locke, não obstante as iniciais opiniões de Demócrito, até a época moderna as teorias relativas à natureza da linguagem foram principalmente de tipo naturalista: havia uma crença, por exemplo, de que na mítica língua adâmica original existissem motivos precisos para que uma determinada palavra indicasse um determinado objeto; o som da palavra exprimia de algum modo a natureza do objeto. Este vínculo não é mais percebido nas línguas atuais, nascidas após a confusão lingüística originada das questões bíblicas da torre de Babel, porém isso não elimina que, em princípio, deva existir um vínculo entre palavra e objeto, como ainda hoje parece evidente nas onomatopéias. Tendo como base essas doutrinas, adquire relevância a afirmação de Locke de que as palavras são apenas sinais convencionais, símbolos arbitrários e eventualmente substituíveis por outros. Ou seja, para Locke, não existe conexão entre significado e som das palavras, as palavras são sinais, indicadores convencionais. Para Locke, o pensamento possui uma dimensão autônoma e precede à verbalização.

Assim, podemos entender como as palavras, que pela sua natureza se prestavam tanto a essa finalidade, viessem a ser empregadas pelos homens como sinais das suas idéias: não por alguma conexão natural que pudesse existir entre sons articulados particulares e certas idéias, posto que nesse caso só existiria entre os homens uma única linguagem, mas uma imposição voluntária mediante a qual uma determinada palavra é adotada arbitrariamente como sinal distintivo de uma idéia. (Locke, 1991, p. 105)

Para responder a questão da origem da linguagem será utilizada como referência a reflexão conduzida por Rousseau. Em seu *Ensaio sobre a Origem das Línguas*, Rousseau afirma que a linguagem nasceu sob o estímulo das emoções, não da utilidade social como sustentava Demócrito, ou após uma planificação racional. A primeira linguagem dos homens era, portanto, poética, expressiva, ligada aos estados de ânimo. Sendo assim, depois as gramáticas vieram e para o filósofo, ganhou-se em clareza, porém, perdeu-se em poesia.

Rousseau sustentava a afirmação, ao contrário da opinião corrente, que a linguagem nascia das emoções e, em primeiro lugar, teriam a função de expressar os estados de espírito. As línguas primitivas seriam a expressão disto por não possuírem nada de racional e serem poéticas. As transformações racionais sofridas por todas as línguas teriam destruído a original carga poética. “As línguas tiveram origem nas necessidades morais, nas paixões. As paixões aproximam os homens. Não a fome nem a sede, mas

o amor, o ódio, a piedade, a cólera arrancam as primeiras palavras”. (Rousseau, 1998, p. 117)

Linguagem como forma de vida

“Pode-se representar facilmente uma linguagem que consiste apenas de comandos e informações durante uma batalha. Ou uma linguagem que consiste apenas de perguntas e de uma expressão de afirmação e de negação. E muitas outras. E representar uma linguagem significa representar-se uma forma de vida”. (Wittgenstein, 1979, p.15).

A reflexão crítica acerca dos valores atribuídos às mulheres será conduzida tendo como recurso metodológico o conceito de linguagem como forma de vida de Wittgenstein. Wittgenstein realiza um estudo da linguagem acreditando que a filosofia deve ter como função o cuidado com as palavras, deve realizar a terapia da linguagem para evitar que se caia no que ele denomina de “armadilhas da linguagem”.

A linguagem, para este filósofo, não é algo universal e inerte em que cada palavra representa algo em definitivo. Esta é uma atividade humana situada cultural e historicamente. Certas palavras utilizadas há muito tempo, hoje podem ser desconhecidas pelos jovens, ou, por exemplo, alguns grupos de jovens utilizam termos diferenciados que correspondem aos seus grupos, mas que fora deles, poucas pessoas compreendem.

A idéia de jogos de linguagem, colocada por Wittgenstein nas *Investigações Filosóficas*, rompe com a visão tradicional de que aprender uma língua é fornecer nomes aos objetos. E pela multiplicidade dos jogos de linguagem não é possível unificar a linguagem a partir de uma única estrutura lógica e formal, pois para este filósofo, a linguagem é uma atividade que ocorre em vários contextos de ação.

Uma pessoa adulta, por exemplo, pode pedir a uma criança que pegue uma caneta preta que está caída juntamente com outras canetas em um determinado lugar. A criança pode entender que caneta preta é uma caneta a qual o seu exterior possui esta cor, ou pode entender que caneta preta é aquela que possui tinta preta ou ainda as duas coisas juntas. Ou seja, Wittgenstein mostra que é necessário dominar um jogo de linguagem para se compreender uma definição. “Quando dizemos que: “cada palavra da linguagem designa algo”, com isso não é dito absolutamente *nada*; a

menos que esclareçamos exatamente qual a diferença que desejamos fazer”. (Wittgenstein, §13).

Designar objetos é uma importante parte da linguagem, porém a mesma não pode se reduzir a esta função. Utilizando novamente as crianças como exemplo, estas quando estão em fase de aprendizagem da fala, não são capazes de compreender algumas elucidações indicativas como mímicas, justamente por desconhecerem o significado da palavra a qual se quer elucidar. Como explica Wittgenstein, quando se mostra um objeto para uma criança e se diz: “este é o rei”, essa elucidação só faz sentido enquanto denominação de uma peça de xadrez se a criança “já sabe o que é uma figura do jogo”. O que pressupõe que ela já tenha jogado outros jogos ou que tenha assistido a outras pessoas jogando “com compreensão”. (Wittgenstein§ 31).

O que se vê nesta obra do filósofo alemão é que o aprendizado não pode ser visto somente como mero aprendizado da designação de objetos isolados. Pode-se afirmar que este é somente um ato secundário dentro de um processo em que a criança, ao mesmo tempo em que aprende a língua materna, também se apropria de um determinado entendimento do mundo. A criança aprende junto com a linguagem uma determinada forma de vida.

Jogos de linguagem e forma de vida constituem, portanto, as categorias centrais da nova imagem da linguagem apresentada por Wittgenstein. Esta nova imagem mostra a linguagem sempre ligada a uma forma de vida e dentro do contexto de uma práxis comunicativa interpessoal.

Ou seja, a linguagem não é somente uma estrutura de vocabulários, não é simplesmente uma gramática com o objetivo de ensinar alguém a escrever ou falar, a linguagem é uma forma de vida que traz em si valores políticos e sociais formando uma visão de mundo. Esses valores oferecidos pela linguagem, explicitando sua não neutralidade, recaem sobre determinados grupos, como as mulheres, ponto nevrálgico deste trabalho.

A definição, por exemplo, da palavra mulher não será simplesmente “aquela que é fêmea ou possui qualidades de fêmea”, será uma maneira de interpretar o mundo de acordo com os valores que são passados pela linguagem, pelos valores que estão associados ao que é ser fêmea.

Para muitas estudiosas da questão de gênero, um dos grandes problemas em relação à definição da mulher, é que esta não é considerada um ser autônomo, não é definida em si, mas relativamente ao homem, em oposto ao que é ser homem. Sobre isso é

possível fazer uma relação com que Wittgenstein diz no §29 das *Investigações Filosóficas*:

“Poder – se –ia, para a elucidação da palavra “vermelho”, indicar algo que *não* fosse *vermelho*? Isto seria semelhante à situação na qual se devesse elucidar, para alguém que não domina a língua portuguesa, a palavra “modesto”, e apontasse, para elucidar, um homem arrogante e dissesse: “Este *não* é modesto”. Não é argumento contra tal modo de elucidação o fato de ser ele ambíguo. Toda elucidação pode ser mal compreendida”.

Porém, completará a seguir: “Mas poder-se-ia bem perguntar: “Devemos chamar a isso de elucidação”? Pois desempenha naturalmente no cálculo um papel diferente daquele que costumeiramente chamamos de “elucidação ostensiva” da palavra “vermelho”; mesmo que tivesse as mesmas conseqüências práticas, o mesmo efeito sobre aquele que aprende”.

Linguagem e gênero³: qual o mundo das mulheres?

A partir desta relação (linguagem e gênero) os impasses começam a surgir. Ao se atribuir valores como fragilidade, frivolidade, submissão, cria-se uma visão de mundo de que as mulheres não são hábeis para desempenhar tarefas que exijam força física, poder de decisão e liderança respectivamente. Os valores que são atribuídos às mulheres em nossa sociedade, criam forma de vida, explicações do tipo tautológicas como: a mulher nasceu para ser admirada pelos homens, logo toda mulher se preocupa com a beleza; ou a mulher é submissa ao homem, logo não pode ocupar espaços que exijam liderança.

A criação de uma essência feminina é trazida pelos valores políticos e sociais perpassados pela linguagem. Esses valores tornam-se aceitos pela sociedade fazendo com que as mulheres acreditem neles e privem-se de ocupar certas posições por acreditarem que suas essências não permitem e com que os homens ocupem as posições de poder, pois são os únicos capazes de transcender a si mesmos.

³ Os estudos sobre linguagem e gênero começaram a ser desenvolvidos em 1970, com a publicação de *Language and Woman's place* de Robin Lakoff, nos Estados Unidos. O livro causou controvérsia entre as feministas e na academia estadunidense por afirmar que as mulheres possuíam um estilo conversacional que estimulava a cooperação e interatividade o que as desempoderavam em relação aos homens que primavam pela competitividade e poder em sua forma de falar.

A começar do nível mais elementar de relações com o poder, a linguagem constitui o arame farpado mais poderoso para bloquear o acesso ao poder. (Gnerre, 2003, p. 22)

Ao se utilizar o termo gênero, a primeira associação que se faz comumente, é a idéia de que está falando de mulheres. Por que não se pensa no masculino, se este também é um gênero? Da mesma forma que ao se dizer “fulano é especialista sobre a questão racial”, logo se pensa que esta pessoa é uma profunda conhecedora da problemática do (a) negro (a) na sociedade. Outro exemplo que ilustra o argumento é de que não se diz “fulana é especialista em cultura branca”, se diz “fulana é especialista em cultura brasileira”. Porém, se afirma comumente que “tal pessoa é especialista em cultura negra”. Existe uma escala hierárquica do que é considerado mais legítimo. Ao se afirmar frases como essas, não se está somente designando as especialidades e dons de umas pessoas, está se afirmando também quais dentre estas culturas ou gêneros é o que possui maior status dentro de uma escala social, portanto mais poder. Numa sociedade de origem patriarcal, de herança escravocrata, o homem, o branco, torna-se a norma, o totalizante, e linguagem além de designar coisas e objetos, será um modo de interpretação de mundo que atribuirá valores a determinados grupos como forma de (manter) poder ou de opressão.

Segundo os princípios democráticos nenhuma discriminação dos indivíduos tem razão de ser, com base em critérios de raça, religião, credo político. A única brecha deixada aberta para a discriminação é aquela que se baseia nos critérios da linguagem e da educação. (Gnerre, 2003, p. 25).

Na língua portuguesa, em muitos livros, utiliza-se a palavra homem para designar a humanidade. Se num grupo de várias mulheres estiver presente um homem, a flexão de gênero para designar essas pessoas será no masculino. Nesses exemplos evidenciam-se como desde o início da aprendizagem, as crianças internalizaram valores a cerca da questão de gênero. Esses valores vão sendo recebidos, internalizados e aceitos como verdadeiros. A língua é herdada com as palavras já enredadas em significados. Com essas palavras, que abarca os saberes coletivos de nosso grupo cultural e o universo de significados por ele produzidos, que construímos o modo de ler e dizer o mundo das mulheres. Portanto, é possível contextualizar a relação entre linguagem e gênero como uma relação de poder. Entendendo linguagem

como interpretação de mundo e estando numa sociedade de base patriarcal, a linguagem ensinará valores dentro de uma escala hierárquica, sendo que os bons, os mais prestigiados serão destinados àqueles que detêm o poder. A relação entre linguagem e gênero pode ser entendida também como um modo de manutenção do poder. “O poder das palavras é enorme, especialmente o poder de algumas palavras, talvez poucas centenas, que encerram em cada cultura, mais notadamente nas sociedades complexas como as nossas, o conjunto de crenças e valores aceitos e codificados pelas classes dominantes”. (Gnerre, 2003, p. 20).

A língua portuguesa é uma língua totalizante do masculino. Algumas pessoas justificam essa totalização afirmando que isso é uma construção histórica e que não há nenhuma ideologia embutida por de trás disso. Obviamente que historicamente as mulheres foram excluídas de vários espaços de poder, como da Academia, da escrita. E isso resulta no modo como a gramática da língua portuguesa, por exemplo, foi feita. Porém, este tipo de argumento também faz com que se caia em explicações tautológicas: sempre foi feito assim, então é assim que deve continuar sendo feito. Pois, como afirma Wittgenstein, a linguagem não é algo inerte e imutável, com regras determinadas. E não aceitar essas explicações tautológicas significa desconfiar dos valores e do “mundo” criado para as mulheres decorrentes dos valores e essência atribuídos a elas. Como afirmou *Poulain de La Barre no século XVII*:

Tudo o que os homens escreveram sobre as mulheres deve ser suspeito, porque eles são, a um tempo, juiz e parte.
Os que fizeram e compilaram as leis, por serem homens, favoreceram seu próprio sexo e os juristas transformaram as leis em princípio. (Poulain apud BEAUVOIR, 1980, p. 18)

3.1. Linguagem, Gênero e Filosofia: compromissos ontológicos baseados em razões semânticas

A forma como os filósofos, em geral, definiram a mulher ao longo dos séculos, demonstra certo desprezo ao ser feminino. Ao se realizar um resgate sobre o que se diz da mulher na história da filosofia ou da própria presença de mulheres nesta história, constata-se este desprezo. “A figura do feminino é discutida por meio de um sujeito que não é o que a representa, mas sim outro sujeito: o sujeito masculino.

Mesmo assim, este discurso é sempre evitado no campo filosófico”. (Tiburi et al., 2002, p. 69)

Essas abordagens em relação à mulher, realizada por alguns pensadores, em sua grande maioria, tenta demonstrar uma natural inferioridade da mulher.

O modo como a mulher é definida por alguns filósofos como Aristóteles, Santo Agostinho, Pitágoras e São Tomás de Aquino⁴, por exemplo, contribuiu na criação de uma ontologia feminina, ou seja, na crença de que as mulheres possuem uma natureza comum, inerente a todas as mulheres.

Olympe de Gouges, uma das primeiras feministas, escreveu vários artigos sobre a questão da mulher durante a Revolução Francesa. Em 1791, ela escreveu a obra intitulada *Declaração dos direitos da mulher e da cidadã*, na qual defendia que todos os direitos dos homens, também pertenciam às mulheres. Mas, sua obra memorável é sua própria versão do *Contrato Social*, que ela considerou igual ou até superior ao de Rousseau. Nesta obra contestava o Contrato de Rousseau e as obras de seus contemporâneos que não asseguravam os direitos das mulheres. Porém, a obra de Olympe de Gouges não é estudada nas faculdades de filosofia. Ainda citando Rousseau, no quinto capítulo do *Emílio* evidencia-se a construção de um pensamento baseado na impossibilidade da mulher pensar. “...elas devem aprender muitas coisas, mas apenas aquelas que lhes convém saber” (Rousseau apud STRÖHER et al., 2004, p. 228).

Constata-se, porém, que não há um problema filosófico sobre esta questão e sim um problema de linguagem. Problema este que atribui essência à mulher, que não a define em si mesma e sim em oposição ao homem e que tenta criar conceitos ontológicos gerais. Concebendo a linguagem como forma de vida, como visão de mundo, pode-se fazer a pergunta: que visão de mundo sobre as mulheres os filósofos que falaram sobre elas possuíam? Tendo como base o conceito de linguagem oferecido por Wittgenstein, podemos entender que os compromissos ontológicos criados acerca da mulher na tradição filosófica são resultantes de impasses suscitados pela linguagem. E como nos mostra a obra *Investigações Filosóficas* – que recusa a concepção de essência – a linguagem constitui uma forma de vida.

Referências Bibliográficas

⁴ Segundo Aristóteles, « a fêmea é fêmea em virtude de certa carência de qualidades. Devemos considerar o caráter das mulheres como sofrendo de certa deficiência natural ». Segundo Santo Agostinho, a mulher é um animal que não é firme nem estável. Para Pitágoras « existe um princípio bom que gerou a ordem, a luz e o homem; há um princípio mau que gerou o caos, as trevas e a mulher ». Já para São Tomás, a mulher é um homem incompleto, um ser ocasional.

WITTGENSTEIN, Ludwig. Investigações filosóficas; tradução de José Carlos Bruni. 2 ed. São Paulo: Abril Cultural, 1979. (Os pensadores).

CHAUÍ, Marilena. Introdução à História da Filosofia. São Paulo: Companhia da Letras, 2002.

TIBURI, Márcia./MENEZES, Magali M. de./EGGERT, Edla. (Orgs.) As mulheres e a filosofia. São Leopoldo: Editora UNISINOS, 2002.

BORGES, Jorge Luís de. A Biblioteca de Babel in Ficções. São Paulo: Globo, 2001.

GNERRE, Maurizio. Linguagem, escrita e poder. 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação & Realidade, Porto Alegre, n. 20, v.2, p. 71-100, jul./dez. 1995 [1986].

BEAUVOIR, Simone. O segundo sexo – fatos e mitos ; tradução de Sérgio Milliet. 4 ed. São Paulo : Difusão Européia do Livro, 1980.

HEBERLE, Viviane ; OSTERMANN, Ana Cristina ; FIGUEIREDO, Débora de.(Orgs) Linguagem e gênero no trabalho, na mídia e em outros contextos. Universidade Federal de Santa Catarina, 2006.

STRÖHER, Marga J./DEIFELT, Wanda./MUSSKOPF, André S. (Orgs.) À flor da pele: ensaios sobre gênero e corporeidade. São Leopoldo: Sinodal; CEBI, 2004.

NYE, Andrea. Teoria Feminista e as filosofias do homem; tradução de Nathanael Campos. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos tempos, 1995.

LOCKE, John. Ensaio sobre o entendimento humano. 5. ed. Tradução de Anwar Aiex. São Paulo: Nova Cultural, 1991. (Os pensadores).

ROUSSEAU, Jean Jacques. Ensaio sobre a origem das línguas; tradução de Fúlvia M. L. Moretto. Campinas: Editora da UNICAMP, 1998.

ⁱ La Plata, FAHCE-UNLP, 25 al 27 de septiembre de 2013

sitio web: <http://jornadascinig.fahce.unlp.edu.ar/iii-2013> - ISSN: 2250-5695